ERIC HOBSBAWM

ERA DOS EXTREMOS

O breve século XX
1914–1991

Tradução:
MARCOS SANTARRITA

Revisão técnica:
MARIA CÉLIA PAOLI

2ª edição
14ª reimpressão

COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 1994 by Eric Hobsbawm
Esta tradução é publicada por acordo com Pantheon Books, uma divisão da Random House, Inc.

Título original:
Age of extremes
The short twentieth century: 1914–1991

Capa:
Hélio de Almeida

Preparação:
Stella Weiss, Maria Laura Santos Bacellar, Marcos Luiz Fernandes, Sylvia Maria Pereira dos Santos

Índice remissivo:
Caren Inoue
Aline Sanchez Leme

Revisão:
Carmen S. da Costa
Touché! Editorial

1ª edição (1995) com 1 reimpressão

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Hobsbawm, Eric J., 1917-
Era dos Extremos : o breve século XX : 1914-1991 / Eric Hobsbawm ; tradução Marcos Santarrita ; revisão técnica Maria Célia Paoli. — São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

Título original: Age of extremes : the short twentieth century : 1914/1991.
Bibliografia.
ISBN 85-7164-468-3

1. Civilização moderna - Século 20 - História I. Título.

95-2689 CDD-909.82

Índices para catálogo sistemático:

1. Civilização mundial : Século 20 : História 909.82
2. Século 20 : Civilização mundial : História 909.82

1999

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA SCHWARCZ LTDA.
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 72
04532-002 — São Paulo — SP
Telefone: (011) 866-0801
Fax: (011) 866-0814
e-mail: editora@companhiadasletras.com.br

ÍNDICE

Prefácio e agradecimentos 7
O século: vista aérea 11

Parte um
A ERA DA CATÁSTROFE

1. A era da guerra total 29
2. A revolução mundial 61
3. Rumo ao abismo econômico 90
4. A queda do liberalismo 113
5. Contra o inimigo comum 144
6. As artes 1914-45 178
7. O fim dos impérios 198

Parte dois
A ERA DE OURO

8. Guerra Fria 223
9. Os anos dourados 253
10. Revolução social 282
11. Revolução cultural 314
12. O Terceiro Mundo 337
13. "Socialismo real" 363

Parte três
O DESMORONAMENTO

14. As Décadas de Crise 393

15. Terceiro Mundo e revolução 421
16. Fim do socialismo 447
17. Morre a vanguarda: as artes após 1950 483
18. Feiticeiros e aprendizes: as ciências naturais 504
19. Rumo ao milênio 537

Bibliografia 563
Outras leituras 579
Ilustrações 583
Índice remissivo 585

PREFÁCIO E AGRADECIMENTOS

Não é possível escrever a história do século XX como a de qualquer outra época, quando mais não fosse porque ninguém pode escrever sobre seu próprio tempo de vida como pode (e deve) fazer em relação a uma época conhecida apenas de fora, em segunda ou terceira mão, por intermédio de fontes da época ou obras de historiadores posteriores. Meu tempo de vida coincide com a maior parte da época de que trata este livro e durante a maior parte de meu tempo de vida — do início da adolescência até hoje — tenho tido consciência dos assuntos públicos, ou seja, acumulei opiniões e preconceitos sobre a época, mais como contemporâneo que como estudioso. Este é um dos motivos pelos quais, enquanto historiador, evitei trabalhar sobre a era posterior a 1914 durante quase toda a minha carreira, embora não me abstivesse de escrever sobre ela em outras condições. "Minha época", como se diz no jargão profissional, é o século XIX. Acho que já é possível ver o Breve Século XX — de 1914 até o fim da era soviética — dentro de uma certa perspectiva histórica, mas chego a ele desconhecendo a literatura acadêmica, para não dizer que desconheço quase todas as fontes primárias acumuladas pelo grande número de historiadores do século XX.

Claro, na prática é completamente impossível uma só pessoa conhecer a historiografia do presente século — mesmo em uma única língua importante — como, por exemplo, o historiador da Antiguidade clássica ou do império bizantino conhece tudo o que foi escrito sobre esses longos períodos, na época e depois. Mesmo pelos padrões de erudição histórica, contudo, meu conhecimento no campo da história contemporânea é precário e irregular. O máximo que consegui foi mergulhar na literatura das questões mais espinhosas e controvertidas — a história da Guerra Fria ou dos anos 30, por exemplo — o suficiente para convencer-me de que as opiniões expressas neste livro são defensáveis à luz da pesquisa especializada. Claro, posso não ter conseguido. Deve haver inúmeras questões quanto às quais demonstro ignorância e defendo opiniões polêmicas.

5
CONTRA O INIMIGO COMUM

Amanhã para os jovens, os poetas explodindo como bombas,
Os passeios à beira do lago, as semanas de perfeita comunhão;
Amanhã, as corridas de bicicletas
Pelos subúrbios nas noites de verão. Mas hoje, a luta [...]

W. H. Auden, "Espanha", 1937

Querida mamãe: De todas as pessoas que conheço, a senhora é a única que vai sentir mais, por isso meus últimos pensamentos são para a senhora. Não culpe ninguém mais por minha morte, porque eu mesmo escolhi minha sorte.

Não sei como lhe escrever, porque, mesmo tendo a cabeça clara, não consigo encontrar as palavras certas. Assumi meu lugar no Exército de Libertação, e morro quando a luz da vitória já começa a brilhar [...] *Vou ser fuzilado daqui a pouco com 23 outros camaradas.*

Depois da guerra a senhora deve exigir seus direitos a uma pensão. Eles lhe entregarão minhas coisas na prisão, só que estou ficando com o colete de papai, porque não quero que o frio me faça tremer [...]
Mais uma vez, digo adeus. Coragem!

Seu filho,
Spartaco.

Spartaco Fontanot, metalúrgico, 22 anos, membro do grupo resistente de Misak Manouchian, 1944, in Lettere (1954, p. 306)

I

A pesquisa de opinião pública é filha dos EUA da década de 1930, pois a extensão da "pesquisa de amostragem" dos pesquisadores de mercado para a política teve início, essencialmente, com George Gallup em 1936. Entre os primeiros resultados dessa técnica está um que teria surpreendido todos os presidentes americanos antes de Franklin D. Roosevelt, e surpreenderá todos os leitores que foram criados depois da Segunda Guerra Mundial. Quando perguntados, em janeiro de 1939, quem os americanos queriam que ganhasse, se irrompesse uma guerra entre a União Soviética e a Alemanha, 83% foram a favor de uma vitória soviética, contra 17% de uma alemã (Miller, 1989, pp. 283-4). Num século dominado pelo confronto entre o comunismo anticapitalista da Revolução de Outubro, representado pela URSS, e o capitalismo anticomunista, cujo defensor e principal exemplar eram os EUA, nada parece mais anômalo do que essa declaração de simpatia, ou pelo menos preferência, pelo berço da revolução mundial em detrimento de um país vigorosamente anticomunista e cuja economia era reconhecivelmente capitalista. Tanto mais que a tirania de Stalin na URSS nessa época se achava, por consenso geral, em seu pior estágio.

A situação histórica era sem dúvida excepcional e teria vida relativamente curta. Durou, no máximo, de 1939 (quando os EUA reconheceram oficialmente a URSS) até 1947 (quando os dois campos ideológicos se defrontaram como inimigos na "Guerra Fria"), porém mais realisticamente de 1935 a 1945. Em outras palavras, foi determinada pela ascensão e queda da Alemanha de Hitler (1933-45) (ver capítulo 4), contra a qual EUA e URSS fizeram causa comum, porque a viam como um perigo maior do que cada um ao outro.

Os motivos pelos quais o fizeram transcendem o alcance das relações internacionais convencionais ou a política de influência, e é o que torna tão significativo o anômalo alinhamento de Estados e movimentos que acabaram travando e ganhando a Segunda Guerra Mundial. O que acabou forjando a união contra a Alemanha foi o fato de que não se tratava apenas de um Estado-nação com razões para sentir-se descontente com sua situação, mas de um Estado cuja política e ambições eram determinadas por sua ideologia. Em suma, de que era uma potência fascista. Enquanto isso foi deixado de lado ou não avaliado, mantiveram-se as habituais maquinações da *Realpolitik*. Podia-se fazer oposição ou acordo, contrabalançar ou, se necessário, combater a Alemanha, dependendo dos interesses da política de Estado de cada país e da situação geral. E de fato, em algum ponto entre 1933 e 1941, todos os outros grandes participantes do jogo internacional trataram a Alemanha de acordo com esses interesses. Londres e Paris apaziguaram Berlim (isto é, fizeram concessões à custa de outros), Moscou trocou uma posição de oposição por uma de proveitosa neutralidade, em troca de ganhos territoriais, e mesmo a Itália e o Japão, cujos interesses os alinhavam com a Alemanha, descobriram que esses interesses também lhes ditavam, em 1939, que não participassem dos primeiros estágios da Segunda Guerra Mundial. Eventualmente, a lógica da guerra de Hitler acabou levando todos eles para ela, inclusive os EUA.

Mas, à medida que avançava a década de 1930, tornava-se cada vez mais claro que havia mais coisas em questão do que o relativo equilíbrio de poder entre os *Estados-nação* que constituíam o sistema internacional (isto é, basicamente europeu). Na verdade, a política do Ocidente — da URSS às Américas,

passando pela Europa — pode ser mais bem entendida não como uma disputa entre Estados, mas como uma guerra civil ideológica internacional. (Como veremos, esta não é a melhor maneira de entender a política da África, da Ásia e do Extremo Oriente, dominados pelo colonialismo — ver capítulo 7). E, conforme vimos, as linhas divisórias cruciais nesta guerra civil não foram traçadas entre o capitalismo como tal e a revolução social comunista, mas entre famílias ideológicas: de um lado, os descendentes do Iluminismo do século XVIII e das grandes revoluções, incluindo, claro, a russa; do outro, seus adversários. Em suma, a fronteira passava não entre capitalismo e comunismo, mas entre o que o século XIX teria chamado de "progresso" e a "reação" — só que esses termos já não eram exatamente opostos.

Tornou-se uma guerra internacional, porque em essência suscitou as mesmas questões na maioria dos países ocidentais. Foi uma guerra civil, porque as linhas que separavam as forças pró e antifascistas cortavam cada sociedade. Jamais houve um período em que o patriotismo, no sentido de lealdade automática ao governo nacional de um cidadão, contasse menos. Quando a Segunda Guerra Mundial acabou, os governos de pelo menos dez velhos países europeus eram chefiados por homens que, em seu começo (ou, no caso da Espanha, no começo da Guerra Civil), tinham sido rebeldes, exilados políticos ou pelo menos pessoas que tinham encarado seu próprio governo como imoral e ilegítimo. Homens e mulheres, muitas vezes do cerne das classes políticas de seus países, optavam pela lealdade ao comunismo (isto é, à URSS) em detrimento da lealdade a seu próprio Estado. Os "espiões de Cambridge" e, provavelmente com maior efeito prático, os membros japoneses do círculo de espiões de Sorge foram apenas dois entre muitos exemplos.* Por outro lado, inventou-se o termo especial "*quisling*" — nome de um nazista norueguês — para descrever as forças políticas dentro de Estados atacados por Hitler que preferiram, mais por convicção do que por oportunismo, juntar-se ao inimigo de seu país.

Isso era verdade mesmo em relação a pessoas movidas mais por patriotismo do que por ideologia global. Pois mesmo o patriotismo convencional estava agora dividido. Conservadores fortemente imperialistas e anticomunistas como Winston Churchill, e homens de formação reacionária católica como De Gaulle, preferiram combater a Alemanha não por alguma animosidade especial contra o fascismo, mas por causa de "*une certaine idée de la France*" ou "uma certa idéia da Inglaterra". Mesmo para os desse tipo, seu compromisso podia ser parte de uma guerra *civil* internacional, pois seu conceito de patriotismo não era necessariamente o de seus governos. Ao ir para Londres e

(*) Afirma-se que a informação de Sorge, baseada nas fontes mais dignas de crédito, de que o Japão *não* pretendia atacar a URSS em fins de 1941, permitiu a Stalin transferir reforços vitais para a Frente Ocidental, num momento em que os alemães se achavam nos arredores de Moscou (Deakin & Storry, 1964, capítulo 13; Andrew & Gordievsky, 1991, pp. 281-2).

declarar, em 18 de junho de 1940, que sob ele a "França Livre" continuaria a combater a Alemanha, Charles de Gaulle estava praticando um ato de rebelião contra o governo legítimo da França, que decidira constitucionalmente encerrar a guerra, e fora quase sem dúvida apoiado nessa decisão pela grande maioria dos franceses da época. Sem dúvida Churchill, em tal situação, teria reagido do mesmo jeito. Se a Alemanha houvesse ganhado a guerra, ele teria sido tratado por seu governo como traidor, como os russos que lutaram ao lado dos alemães contra a URSS foram tratados por seu país depois de 1945. Do mesmo modo, eslovacos e croatas, cujos países obtiveram seu primeiro gostinho de (restrita) liberdade de Estado como satélites da Alemanha de Hitler, encararam retrospectivamente os líderes de seus Estados na época da guerra como heróis patriotas ou colaboradores fascistas com base na ideologia: membros de cada povo combateram dos dois lados.*

O que uniu todas essas divisões civis nacionais numa única guerra global, internacional e civil, foi o surgimento da Alemanha de Hitler. Ou, mais precisamente, entre 1931 e 1941, a marcha para a conquista e a guerra da aliança de Estados — Alemanha, Itália e Japão, da qual a Alemanha de Hitler se tornou o pilar central. E a Alemanha de Hitler era ao mesmo tempo mais implacável e comprometida com a destruição dos valores e instituições da "civilização ocidental" da Era das Revoluções, e mais capaz de levar a efeito seu bárbaro projeto. Passo a passo, as vítimas potenciais do Japão, Alemanha e Itália viram os Estados do que viria a chamar-se "Eixo" ampliarem suas conquistas, rumo à guerra que, de 1931 em diante, parecia inevitável. Costumava-se dizer que "fascismo significa guerra". Em 1931, o Japão invadiu a Manchúria e estabeleceu ali um Estado títere. Em 1932 ocupou a China ao Norte da Grande Muralha e chegou a Xangai. Em 1933 Hitler subiu ao poder na Alemanha com um programa que ele não tentava ocultar. Em 1934, uma breve guerra civil na Áustria eliminou a democracia ali e introduziu um regime semifascista que se destacou sobretudo por resistir à integração com a Alemanha e (com apoio italiano na época) por derrotar um golpe nazista que assassinou o premiê austríaco. Em 1935, a Alemanha comunicou sua ruptura com os tratados de paz e ressurgiu como grande potência militar e naval, reapossando-se (por plebiscito) da região do Saar em sua fronteira ocidental e desligando-se com desprezo da Liga das Nações. No mesmo ano Mussolini, com igual desprezo pela opinião pública, invadiu a Etiópia, que a Itália passou ocupar como colônia em 1936-7, após o que o Estado também rasgou sua ficha de membro da Liga. Em 1936, a Alemanha recuperou a Renânia e, com ajuda e intervenção ostensivas de Itália e Alemanha, um golpe militar na Espanha iniciou um grande confli-

(*) Contudo, isso não deve ser usado para justificar as atrocidades praticadas pelos dois lados, que, com certeza no caso do Estado croata de 1942-5, e provavelmente no caso do Estado eslovaco, foram maiores que as de seus adversários, e de qualquer modo indefensáveis.

to, a Guerra Civil Espanhola, sobre o qual falaremos mais adiante. As duas potências fascistas fizeram num alinhamento formal, o Eixo Berlim—Roma, enquanto Alemanha e Japão concluíam um "Pacto Anti-Comintern". Em 1937, sem surpreender ninguém, o Japão invadiu a China e partiu para uma guerra aberta que só cessou em 1945. Em 1938, a Alemanha também achou que chegara a hora da conquista. A Áustria foi invadida e anexada em março, sem resistência militar, e, após várias ameaças, o acordo de Munique em outubro despedaçou a Tchecoslováquia e transferiu grandes partes dela para Hitler, mais uma vez pacificamente. O resto foi ocupado em março de 1939, encorajando a Itália, que não tinha demonstrado ambições imperiais por alguns meses, a ocupar a Albânia. Quase imediatamente uma crise polonesa, mais uma vez resultante de mais exigências territoriais alemãs, paralisou a Europa. Disso veio a guerra européia de 1939-41, que se tornou a Segunda Guerra Mundial.

Contudo, um outro fator entrelaçou os fios da política nacional numa única teia internacional: a consistente e cada vez mais espetacular debilidade dos Estados democráticos liberais (que coincidiam ser também os Estados vitoriosos da Primeira Guerra Mundial); a sua incapacidade ou falta de vontade de agir, individualmente ou em conjunto, para resistir ao avanço de seus inimigos. Como vimos, foi essa crise do liberalismo que fortaleceu os argumentos e as forças do fascismo e dos governos autoritários (ver capítulo 4). O acordo de Munique de 1938 demonstrou perfeitamente essa combinação de confiante agressão de um lado, medo e concessão do outro, o que explica por que durante gerações a própria palavra "Munique" se tornou sinônimo, no discurso político ocidental, de retirada covarde. A vergonha de Munique, sentida quase imediatamente mesmo por aqueles que assinaram o acordo, estava não apenas em entregar a Hitler um triunfo fácil, mas no palpável medo de guerra que o antecedeu, e na ainda mais palpável sensação de alívio por tê-la evitado a qualquer custo. "*Bande de cons*", diz-se que o premiê Daladier murmurou com desprezo quando, tendo entregue a vida de um aliado da França, esperava ser vaiado em sua volta a Paris, mas só encontrou aplausos delirantes. A popularidade da URSS, e a relutância a criticar o que acontecia lá, deveram-se basicamente à sua oposição à Alemanha nazista, muito diferente das hesitações do Ocidente. O choque do pacto com a Alemanha em agosto foi maior por isso.

II

A mobilização de todo o potencial de apoio contra o fascismo, isto é, contra o campo alemão, portanto, foi um triplo apelo pela união de todas as forças políticas que tinham um interesse comum em resistir ao avanço do Eixo; por uma política real de resistência; e por governos dispostos a executar essa

política. Na verdade, foram necessários mais de oito anos para conseguir essa mobilização — dez, se datarmos o início da corrida para a guerra mundial em 1931. Porque a resposta a todos os três apelos foi, inevitavelmente, hesitante, gaguejante ou confusa.

Sob certos aspectos, era provável que o apelo à unidade antifascista conquistasse a resposta mais imediata, pois o fascismo tratava publicamente todos os liberais, socialistas e comunistas ou qualquer tipo de regime democrático e soviético, como inimigos a serem igualmente destruídos. Na velha expressão inglesa, eles tinham de unir-se, caso não quisessem ser eliminados um por um. Os comunistas, até então a força que mais tendia à divisão da esquerda do Iluminismo, concentrando seu fogo (como, infelizmente, é típico dos radicais políticos) não contra o inimigo óbvio, mas contra o competidor potencial mais próximo, acima de tudo os social-democratas (ver capítulo 2), mudaram de curso um ano e meio depois da ascensão de Hitler ao poder e transformaram-se nos mais sistemáticos e, como sempre, mais eficientes defensores da unidade antifascista. Isso afastou o grande obstáculo à unidade da esquerda, embora não suas desconfianças profundamente enraizadas.

Em essência, a estratégia apresentada (em conjunto com Stalin) pela Internacional Comunista (que escolhera como seu novo secretário-geral George Dimitrov, um búlgaro cuja corajosa contestação pública às autoridades nazistas, no julgamento do incêndio do Reichstag em 1933, havia eletrizado os antifascistas em toda parte)* era de círculos concêntricos.

As forças unidas dos trabalhistas (a "Frente Unida") formariam a base de uma ampla aliança eleitoral e política com os democratas e liberais (a "Frente Popular"). Além disso, à medida que continuava o avanço da Alemanha, os comunistas pensaram numa extensão ainda mais ampla, numa "Frente Nacional" de todos que, independentemente de crenças ideológicas ou políticas, encaravam o fascismo (ou as potências do Eixo) como o inimigo primeiro. Essa extensão da aliança antifascista ultrapassando o centro até a direita — as "mãos dos comunistas franceses estendidas aos católicos", ou a disposição dos comunistas britânicos de aceitar o notório anticomunista Winston Churchill — enfrentou maior resistência na esquerda tradicional, até que a lógica da guerra acabou por impô-la. Contudo, a união de centro e esquerda fazia sentido político, e estabeleceram-se "Frentes Populares" na França (pioneira nessa

(*) Um mês depois da ascensão de Hitler ao poder, o prédio do Parlamento alemão em Berlim foi misteriosamente incendiado. O governo nazista imediatamente acusou o Partido Comunista e usou a ocasião para suprimi-lo. Os comunistas acusaram os nazistas de terem organizado o incêndio para esse fim. Um solitário holandês desequilibrado com simpatias revolucionárias, Van der Lubbe, além do líder do grupo parlamentar comunista e três búlgaros que trabalhavam em Berlim para a Internacional Comunista foram presos e julgados. Van der Lubbe estava certamente envolvido no incêndio, os quatro comunistas com certeza não, como também obviamente não o KPD. Os atuais estudos históricos não endossam a sugestão de uma provocação nazista.

manobra) e na Espanha, que repeliram ofensivas locais da direita e conquistaram impressionantes vitórias eleitorais na Espanha (fevereiro de 1936) e França (maio de 1936).

As vitórias dramatizaram os custos da desunião anterior, porque as listas eleitorais unidas de centro e esquerda conquistaram substanciais maiorias parlamentares — mas embora mostrassem uma impressionante mudança de opinião *dentro* da esquerda, notadamente na França, em favor do Partido Comunista, não indicaram qualquer séria ampliação de apoio político ao antifascismo. Na verdade, o triunfo da Frente Popular, que produziu o primeiro governo francês encabeçado por um socialista, o intelectual Leon Blum (1827-1950), foi conquistado por um aumento que mal chegou a 1% da votação dos radicais-socialistas-comunistas em 1932, e o triunfo eleitoral da Frente Popular espanhola por uma mudança ligeiramente maior, mas que ainda deixava o novo governo com quase metade dos eleitores contra si (e a direita um pouco mais forte que antes). Mesmo assim, essas vitórias incutiram esperança e mesmo euforia nos movimentos trabalhistas e socialistas locais; mais do que se pode dizer em relação ao Partido Trabalhista britânico, despedaçado pela Depressão e a crise política em 1931 — tinha então sido reduzido a meras cinqüenta cadeiras —, mas que, quatro anos depois, não havia ainda recuperado sua votação pré-Depressão, ou seja, contava com apenas pouco mais de metade de suas cadeiras de 1929. Entre 1931 e 1935, o voto dos conservadores simplesmente caiu de cerca de 61% para cerca de 54%. O chamado governo "nacional" da Grã-Bretanha, encabeçado de 1937 em diante por Neville Chamberlain, que se tornou sinônimo do "apaziguamento" com Hitler, apoiava-se em sólido voto majoritário. Não há motivo para supor que, não houvesse a guerra irrompido em 1939, e houvesse uma eleição acontecido em 1940 como deveria, os conservadores não a ganhariam de novo confortavelmente. Na verdade, a não ser pela maior parte da Escandinávia, onde os social-democratas ganharam logo terreno, não houve sinal de qualquer mudança eleitoral significativa para a esquerda na Europa Ocidental na década de 1930, mas houve algumas mudanças bastante maciças para a direita nas partes do Leste e Sudeste europeus onde ainda se faziam eleições. Há um agudo contraste entre o Velho e Novo Mundo. Na Europa não ocorreu nada semelhante à dramática mudança de republicanos para democratas em 1932 (o voto presidencial destes subiu de entre 15 a 16 milhões para quase 28 milhões em quatro anos), mas deve-se dizer que, em termos eleitorais, Franklin D. Roosevelt atingiu seu pico em 1932, embora (para surpresa de todos, com exceção de seu povo) ficasse só um pouco aquém daquilo em 1936.

O antifascismo, portanto, organizou os adversários tradicionais da direita, mas não inflou os seus números; mobilizou mais facilmente as minorias que as maiorias. Entre essas minorias, os intelectuais e os interessados nas artes estavam particularmente abertos a seu apelo (com exceção de uma corrente de literatura internacional inspirada pela direita tradicionalista e antidemocrática — ver capítulo 6), porque a arrogante e agressiva hostilidade do nacional-socialismo aos valores da civilização como até então concebidos ficou imediatamente óbvia nos campos que lhes diziam respeito. O racismo nazista logo provocou o êxodo em massa de intelectuais judeus e esquerdistas, que se espalharam pelo que restava de um mundo tolerante. A hostilidade nazista à liberdade intelectual quase imediatamente expurgou das universidades alemãs talvez um terço de seus professores. Os ataques à cultura "modernista", a queima pública de livros "judeus" e outros indesejáveis, começaram quase com a entrada de Hitler no governo. Além disso, embora os cidadãos comuns pudessem desaprovar as barbaridades mais brutais do sistema — os campos de concentração e a redução dos judeus alemães (que incluía todos aqueles com pelo menos um avô judeu) a uma segregada subclasse sem direitos —, um número surpreendentemente grande via tais barbaridades, na pior das hipóteses, como aberrações limitadas. Afinal, os campos de concentração eram basicamente obstáculos a uma potencial oposição comunista e prisões para os quadros da subversão, um objetivo pelo qual muitos conservadores convencionais tinham certa simpatia, e quando a guerra explodiu não havia mais de 8 mil pessoas em todos eles. (Sua expansão num *universe concentrationnaire* de terror, tortura e morte para centenas de milhares, e mesmo milhões, de pessoas se deu durante a guerra.) E, até a guerra, a política nazista, por mais bárbaro que fosse o tratamento aos judeus, ainda parecia encarar a "solução final" do "problema judeu" mais como expulsão do que como extermínio em massa. A própria Alemanha parecia ao observador não político um país estável, até mesmo em expansão econômica, com um governo popular, apesar de com algumas características antipáticas. Os que liam livros, incluindo o *Mein Kampf* do próprio Führer, tinham mais probabilidade de reconhecer, na sanguinária retórica dos agitadores racistas e na tortura e assassinato concentrados em Dachau ou Buchenwald, a ameaça de todo um mundo construído no deliberado reverso da civilização. Os intelectuais ocidentais (embora nessa época só uma fração de estudantes, então em sua maioria um contingente de filhos e futuros membros das "respeitáveis" classes médias) foram portanto a primeira camada social mobilizada em massa contra o fascismo na década de 1930. Era ainda uma camada social pequena mas extraordinariamente influente, especialmente por incluir os jornalistas que, nos países não fascistas do Ocidente, desempenharam um papel crucial alertando até mesmo os leitores e governantes mais conservadores para a natureza do nacional-socialismo.

A política de resistência à ascensão do campo fascista era, mais uma vez, simples e lógica no papel. Tratava-se de unir todos os países contra os agressores (a Liga das Nações oferecia uma estrutura potencial para isso), não fazer concessões a eles e, pela ameaça e, se necessário, pela ação comum, detê-los e derrotá-los. O comissário de Relações Exteriores da URSS, Maxim Litvinov

(1876-1952), fez-se o porta-voz dessa "Segurança Coletiva". Mais fácil dizer que fazer. O maior obstáculo era que, então como agora, mesmo Estados que partilhavam do temor e suspeita dos agressores tinham outros interesses que os dividiam ou podiam ser usados para dividi-los.

O quanto contava a mais óbvia divisão entre a União Soviética, comprometida em teoria com a derrubada dos regimes burgueses e o fim dos impérios em toda parte, e os outros Estados, que agora viam a URSS como inspiradora e instigadora da subversão, não está claro hoje. Embora os governos — todos os principais reconheceram a URSS depois de 1933 — sempre estivessem dispostos a chegar a um acordo com ela quando isso servia a seus propósitos, alguns de seus membros e agências continuavam a encarar o bolchevismo, interna e externamente, como o inimigo essencial, no espírito das guerras frias pós-1945. Os serviços de espionagem britânicos foram sabidamente excepcionais ao concentrarem-se de tal forma contra a ameaça vermelha que só a abandonaram como seu alvo principal em meados da década de 1930 (Andrew, 1985, p. 530). Apesar disso, muitos conservadores achavam, sobretudo na Grã-Bretanha, que a melhor de todas as soluções seria uma guerra germano-soviética, enfraquecendo, e talvez destruindo, os dois inimigos, e uma derrota do bolchevismo por uma enfraquecida Alemanha não seria uma coisa ruim. A relutância pura e simples dos governos ocidentais em entrar em negociações efetivas com o Estado vermelho, mesmo em 1938-9, quando a urgência de uma aliança anti-Hitler não era mais negada por ninguém, é demasiado patente. Na verdade, foi o temor de ter de enfrentar Hitler sozinho que acabou levando Stalin, desde 1935 um inflexível defensor de uma aliança com o Ocidente contra Hitler, ao Pacto Stalin-Ribbentrop de agosto de 1939, com o qual esperava manter a URSS fora da guerra enquanto a Alemanha e as potências ocidentais se enfraqueciam mutuamente, em proveito de seu Estado, que, pelas cláusulas secretas do pacto, ficava com uma grande parte dos territórios ocidentais perdidos pela Rússia após a revolução. O cálculo se revelou incorreto, mas, como as fracassadas tentativas de criar uma frente comum contra Hitler, demonstrou as divisões entre Estados que tornaram possível a ascensão extraordinária e praticamente sem resistência da Alemanha nazista entre 1933 e 1939.

Além disso, a geografia, a história e a economia davam aos governos diferentes perspectivas do mundo. O continente da Europa como tal era de pouco ou nenhum interesse para o Japão e os EUA, cujas políticas eram do Pacífico e da América, e para a Grã-Bretanha, ainda comprometida com um império mundial e uma estratégia marítima global, embora demasiado fraca para manter qualquer dos dois. Os países da Europa Oriental estavam espremidos entre a Alemanha e a Rússia, o que obviamente determinava suas políticas, sobretudo quando (como se revelou) as potências mostraram-se incapazes de protegê-los. Vários haviam adquirido, após 1917, territórios antes pertencentes à Rússia, e embora hostis à Alemanha, resistiam por conseguinte a qualquer aliança antigermânica que trouxesse as forças russas de volta às suas terras. E no entanto, como a Segunda Guerra Mundial iria demonstrar, a única aliança antifascista efetiva seria a que incluísse a URSS. Quanto à economia, países como a Grã-Bretanha, que sabiam ter travado uma Primeira Guerra Mundial para além de suas capacidades financeiras, recuavam diante dos custos do rearmamento. Em suma, havia um amplo fosso entre reconhecer as potências do Eixo como um grande perigo e fazer alguma coisa a respeito.

A democracia liberal (que por definição não existia no lado fascista ou autoritário) alargou esse fosso. Tornou lenta ou impediu a decisão política, notadamente nos EUA, e sem dúvida lhe dificultou, e às vezes impossibilitou, a adoção de políticas impopulares. Sem dúvida alguns governos usaram isso para justificar seu próprio torpor, mas o exemplo dos EUA mostra que mesmo um presidente forte e popular como Franklin D. Roosevelt era incapaz de executar sua política antifascista contra a opinião do eleitorado. Não fosse Pearl Harbor e a declaração de guerra de Hitler, os EUA sem dúvida teriam continuado fora da guerra. Não está claro sob que circunstâncias poderiam ter entrado.

Contudo, o que enfraqueceu a decisão das principais democracias européias, a França e a Grã-Bretanha, não foram tanto os mecanismos políticos da democracia quanto a lembrança da Primeira Guerra Mundial. Essa era uma ferida cuja dor ainda sentiam, igualmente, eleitores e governos, porque o impacto daquela guerra fora sem precedentes e universal. Tanto para a França quanto para a Grã-Bretanha, esse impacto, em termos humanos (embora não materiais), foi muito maior do que se revelou o da Segunda Guerra Mundial (ver capítulo 1). Outra guerra como aquela precisava ser evitada quase a qualquer custo. Era sem dúvida o último dos recursos da política.

Não se deve confundir a relutância em ir à guerra com recusa a lutar, embora o moral militar potencial dos franceses, que haviam sofrido mais que qualquer outro país beligerante, estivesse sem dúvida enfraquecido pelo trauma de 1914-8. Ninguém foi para a Segunda Guerra Mundial cantando, nem mesmo os alemães. Por outro lado, o pacifismo irrestrito (não religioso), embora muito popular na Grã-Bretanha na década de 1930, jamais foi um movimento de massa, e desapareceu na década de 1940. Apesar da ampla tolerância com os "opositores por motivos de consciência" na Segunda Guerra Mundial, o número dos que alegaram o direito de recusar-se a lutar foi pequeno (Calvocoressi, 1987, p. 63).

Na esquerda não comunista, ainda mais emocionalmente comprometida com o ódio à guerra e ao militarismo após 1918 do que (em teoria) antes de 1914, a paz a qualquer preço continuou sendo uma posição minoritária, mesmo na França onde era mais forte. Na Grã-Bretanha, George Lansbury, um pacifista que, pelo acidente de um holocausto eleitoral, se viu à frente do Partido Trabalhista depois de 1931, foi eficiente e brutalmente afastado da liderança em 1935. Ao contrário do governo da Frente Popular encabeçado

pelos socialistas na França, o trabalhismo britânico podia ser criticado não por falta de firmeza diante dos agressores fascistas, mas por recusar-se a apoiar as necessárias medidas militares para tornar a resistência efetiva, como rearmamento e recrutamento. A mesma crítica podia ser estendida aos comunistas, que jamais haviam sido tentados pelo pacifismo.

A esquerda se achava de fato num dilema. Por um lado, a força do antifascismo estava em mobilizar os que temiam a guerra, tanto a última como os terrores futuros da seguinte. O fato de o fascismo significar guerra era um motivo convincente para combatê-lo. Por outro lado, uma resistência ao fascismo que não previsse o uso de armas não poderia dar certo. O que é mais, a esperança de provocar o colapso da Alemanha nazista, ou mesmo da Itália de Mussolini, pela firmeza coletiva mas pacífica baseava-se em ilusões sobre Hitler e as supostas forças de oposição dentro da Alemanha. De qualquer modo, nós que vivemos aqueles tempos *sabíamos* que haveria uma guerra, mesmo quando pensávamos possibilidades pouco convincentes para evitá-la. Nós — o historiador também pode recorrer à própria memória — *contávamos* em lutar na próxima guerra, e provavelmente morrer. E como antifascistas não tínhamos dúvida de que, quando ela viesse, não teríamos outra opção além de lutar.

Apesar disso, não se pode usar o dilema político da esquerda para explicar o fracasso dos governos, mesmo porque preparações efetivas para a guerra não dependiam de resoluções aprovadas (ou não aprovadas) em congressos de partidos; nem mesmo, por um período de vários anos, do medo de eleições. E no entanto os governos, e em particular o francês e o britânico, também tinham ficado marcados de forma indelével pela Grande Guerra. A França saíra dela dessangrada, e potencialmente uma força ainda menor e mais fraca que a derrotada Alemanha. A França não nada podia sem aliados contra uma Alemanha revivida, e os únicos países europeus que tinham igual interesse em aliar-se a ela, a Polônia e os Estados sucessores dos Habsburgo, se achavam fracos demais para isso. Os franceses investiram seu dinheiro numa linha de fortificações (a "Linha Maginot", nome de um ministro logo esquecido) que, esperavam, impediria os atacantes alemães pela perspectiva de perdas como as de Verdun (ver capítulo 1). Fora isso, só podiam voltar-se para a Grã-Bretanha e, depois de 1933, para a URSS.

Os governos britânicos tinham igual consciência de uma fraqueza fundamental. Financeiramente, não podiam se dar o luxo de outra guerra. Estrategicamente, não tinham mais uma marinha capaz de operar ao mesmo tempo nos três grandes oceanos e no Mediterrâneo. Ao mesmo tempo, o problema que de fato os preocupava não era o que acontecia na Europa, mas como manter inteiro, com forças claramente insuficientes, um império global geograficamente maior do que jamais existira, mas também e visivelmente à beira da decomposição.

Os dois Estados portanto se sabiam fracos demais para defender um *status quo* em grande parte estabelecido em 1919 para atender a seus interesses. Também sabiam que esse *status quo* era instável e impossível de ser mantido. Nenhum tinha nada a ganhar com outra guerra, e muito a perder. A política óbvia e lógica era negociar com a nova Alemanha para estabelecer um padrão europeu mais durável, e isso sem dúvida significava fazer concessões ao crescente poder da Alemanha. Infelizmente, a nova Alemanha era a de Adolf Hitler.

A chamada política de "apaziguamento" teve tão má publicidade desde 1939 que é preciso nos lembrarmos como pareceu sensata a tantos governos ocidentais que não eram visceralmente antialemães nem apaixonadamente antifascistas em princípio, sobretudo a Grã-Bretanha, onde mudanças no mapa continental, em "países distantes dos quais pouco sabemos" (Chamberlain sobre a Tchecoslováquia em 1938), não faziam subir a pressão sangüínea de ninguém. (Os franceses claro que ficavam muito mais nervosos com *quaisquer* iniciativas que favorecessem a Alemanha, que acabaria mais cedo ou mais tarde por se voltar contra eles, mas a França estava fraca.) Uma Segunda Guerra Mundial, podia-se prever com segurança, arruinaria a economia britânica e desmontaria grandes partes de seu império. O que verdade foi o que aconteceu. Embora fosse um preço que socialistas, comunistas, movimentos de libertação colonial e o presidente F. D. Roosevelt estivessem mais que dispostos a pagar pela derrota do fascismo, não esqueçamos que era excessivo do ponto de vista dos imperialistas britânicos racionais.

Contudo, acordo e negociação eram impossíveis com a Alemanha de Hitler, porque os objetivos políticos do nacional-socialismo eram irracionais e ilimitados. Expansão e agressão faziam parte do sistema, e, a menos que se aceitasse de antemão a dominação alemã, ou seja, se preferisse não resistir ao avanço nazista, a guerra era inevitável, provavelmente mais cedo do que mais tarde. Daí o papel central da ideologia na formação da política da década de 1930: se determinou os objetivos da Alemanha nazista, excluiu a *realpolitik* como alternativa para os adversários. Os que reconheciam que não podia haver acordo com Hitler, o que era uma avaliação realista da situação, o faziam por motivos inteiramente pragmáticos. Encaravam o fascismo como intolerável em princípio e *a priori*, ou (como na caso de Winston Churchill) eram impelidos por um ideal igualmente *a priori* daquilo que seu país e império "representavam", e não podiam sacrificar. O paradoxo de Winston Churchill foi que esse grande romântico, cujo julgamento político fora consistentemente errado em quase tudo desde 1914 — incluindo a avaliação da estratégia militar da qual se orgulhava —, mostrou-se realista em uma única questão, a da Alemanha.

Por outro lado, os realistas políticos do apaziguamento foram inteiramente irrealistas em sua avaliação da situação, mesmo quando a impossibilidade de um acordo negociado com Hitler se tornou óbvia para qualquer obser-

vador razoável em 1938-9. Esse foi o motivo da tragicomédia de março-setembro de 1939, que terminou numa guerra que ninguém queria, numa época e lugar que ninguém queria (nem a Alemanha), e que na verdade deixou a Grã-Bretanha e a França sem a mínima idéia do que, como beligerantes, deviam fazer, até que a *blitzkrieg* de 1940 os aniquilou. Mesmo diante da evidência que eles próprios aceitaram, os apaziguadores na Grã-Bretanha e França ainda não conseguiam pensar em negociar a sério uma aliança com a URSS, sem a qual a guerra não podia ser nem adiada nem vencida, e sem a qual as garantias contra o ataque alemão, súbita e descuidadamente espalhadas pela Europa Oriental por Neville Chamberlain — sem, por incrível que pareça, consultar ou sequer *informar* adequadamente a URSS —, eram papel sem valor. Londres e Paris não queriam lutar, mas no máximo dissuadir com uma demonstração de força. Isso não pareceu plausível nem por um momento a Hitler, e tampouco a Stalin, cujos negociadores pediam em vão propostas de operações estratégicas conjuntas no Báltico. Mesmo quando os exércitos alemães entraram na Polônia, o governo de Chamberlain ainda estava disposto a negociar com Hitler, como Hitler calculara que ele faria (Watt, 1989, p. 215).

Hitler errou o cálculo, e os Estados ocidentais declararam guerra, não porque seus estadistas a quisessem, mas porque a política do próprio Hitler, depois de Munique, impossibilitou outra saída aos apaziguadores. Foi ele quem mobilizou contra o fascismo as massas até então descomprometidas. Essencialmente, a ocupação alemã da Tchecoslováquia em março de 1939 converteu a opinião pública britânica à resistência e, ao fazê-lo, forçou a mão de um governo relutante; o que por sua vez forçou a mão do governo francês, que não teve outra opção senão ir junto com seu único aliado de fato. Pela primeira vez a luta contra a Alemanha de Hitler unia, em vez de dividir, os britânicos, mas — ainda — sem nenhum objetivo. Enquanto os alemães rápida e impiedosamente destruíam a Polônia e dividiam seus restos com Stalin, que se retirara para uma condenada neutralidade, uma "guerra falsa" obtinha uma paz implausível no Ocidente.

Nenhum tipo de *Realpolitik* pode explicar a política dos apaziguadores depois de Munique. Uma vez que uma guerra parecia bastante provável — e quem em 1939 duvidava? — a única coisa a fazer era preparar-se para ela tão bem quanto possível, e isso não foi feito. Pois a Grã-Bretanha, mesmo a Grã-Bretanha de Chamberlain, certamente não estava disposta a aceitar uma Europa dominada por Hitler antes que a guerra acontecesse, embora, após o colapso da França, houvesse certo apoio a uma paz negociada — isto é, à aceitação da derrota. Mesmo na França, onde um pessimismo beirando o derrotismo era bastante comum entre políticos e militares, o governo não pretendia entregar a alma, nem o fez, até o exército desmoronar em junho de 1940. Sua política era morna, porque eles nem ousavam seguir a lógica da política de poder, nem as convicções *a priori* dos da resistência, para os quais *nada* podia

ser mais importante que combater o fascismo (na forma de fascismo ou na da Alemanha de Hitler), nem as dos anticomunistas, para os quais "a derrota de Hitler significaria o colapso dos sistemas autoritários que constituem o principal baluarte contra a revolução comunista" (Thierry Maulnier, 1938 in Ory, 1976, p. 24). Não é fácil dizer o que determinou as ações desses estadistas, já que eles não foram movidos apenas pelo intelecto, mas por preconceitos, esperanças e receios que, no silêncio, distorciam sua visão. Havia as lembranças da Primeira Guerra Mundial e as incertezas de políticos que viam seus sistemas políticos e economias democrático-liberais em uma queda que poderia ser a final; um estado de espírito mais típico do Continente que da Grã-Bretanha. Havia uma genuína incerteza sobre se, em tais circunstâncias, os imprevisíveis resultados de uma política de resistência bem-sucedida justificariam os custos proibitivos que ela implicaria. Pois, afinal, para a maioria dos políticos britânicos e franceses, o melhor que se podia conseguir era preservar um *status quo* não muito satisfatório e provavelmente insustentável. E por trás de tudo isso havia a questão de saber se, estando o *status quo* de qualquer maneira condenado, o fascismo não era melhor que a outra alternativa, a revolução social e o bolchevismo. Se o único tipo de fascismo em oferta fosse o italiano, poucos políticos conservadores ou moderados teriam hesitado. Mesmo Winston Churchill era pró-italiano. O problema era que eles enfrentavam não Mussolini, mas Hitler. Ainda assim, não deixa de ser significativo o fato de que a principal esperança de tantos governos e diplomatas da década de 1930 era estabilizar a Europa chegando a um acordo com a Itália, ou pelo menos separando Mussolini da aliança com seu discípulo. Não deu certo, embora o próprio Mussolini fosse realista o bastante para manter uma certa liberdade de ação até, em junho de 1940, concluir, erroneamente mas não sem razão, que os alemães tinham ganhado e declarar guerra ele próprio.

III

As disputas da década de 1930, travadas dentro dos Estados ou entre eles, eram portanto transnacionais. Em nenhuma parte foi isso mais evidente do que na Guerra Civil Espanhola de 1936-9, que se tornou a expressão exemplar desse confronto global.

Em retrospecto, pode parecer surpreendende que esse conflito tenha mobilizado *instantaneamente* as simpatias da esquerda e da direita na Europa e nas Américas, especialmente dos intelectuais ocidentais. A Espanha era uma parte periférica da Europa, e sua história estivera persistentemente fora de compasso com o resto do continente, do qual se separa pela muralha dos Pireneus. Mantivera-se à parte das guerras européias desde Napoleão, como iria ficar fora da Segunda Guerra Mundial. Desde o início do século XIX, seus

assuntos não interessavam aos governos europeus, embora os EUA houvessem provocado uma breve guerra contra ela em 1898, a fim de roubar-lhe as últimas partes restantes do velho império mundial do século XVI: Cuba, Porto Rico e Filipinas.* Na verdade, e ao contrário das crenças da geração deste autor, a Guerra Civil Espanhola não foi a primeira fase da Segunda Guerra Mundial, e a vitória do general Franco, que, como vimos, nem mesmo pode ser descrito como fascista, não teve conseqüências globais. Apenas manteve a Espanha (e Portugal) isolada do resto do mundo por mais trinta anos.

Contudo, não foi por acaso que a política interna desse país notoriamente anômalo e auto-suficiente se tornou o símbolo de uma luta global na década de 1930. Suscitou os principais problemas políticos da época: de um lado, democracia e revolução social, sendo a Espanha o único país na Europa onde ela estava pronta para explodir; do outro, um campo singularmente rígido de contra-revolução ou reação, inspirado por uma Igreja Católica que rejeitava tudo o que acontecera no mundo desde Martinho Lutero. Muito curiosamente, nem os partidos do comunismo moscovita nem os inspirados pelo fascismo tinham algum significado na Espanha antes da Guerra Civil, pois esse país seguiu seu próprio caminho excêntrico tanto na ultra-esquerda anarquista quanto na ultradireita carlista.**

Os bem-intencionados liberais, anticlericais e maçons ao estilo século XIX dos países latinos, que tomaram o poder dos Bourbon numa revolução pacífica em 1931, não puderam nem conter a fermentação social dos espanhóis pobres, nas cidades e nos campos, nem desativá-la com reformas sociais efetivas (ou seja, basicamente a agrária). Em 1933, foram afastados por governos conservadores, cuja política de repressão a agitações e insurreições locais, como a revolta dos mineiros asturianos em 1934, simplesmente ajudou a aumentar a pressão revolucionária potencial. Nesse estágio, a esquerda espanhola descobriu a Frente Popular do Comintern, para a qual estava sendo impelida pela vizinha França. A idéia de que todos os partidos deviam formar uma frente única eleitoral contra a direita fazia sentido para uma esquerda que não sabia muito bem o que fazer. Mesmo os anarquistas, naquele seu último bastião no mundo, se inclinavam a pedir a seus seguidores que praticassem o vício burguês de votar numa eleição, que até então haviam rejeitado como indigno de um verdadeiro revolucionário, embora nenhum anarquista na verdade se conspurcasse concorrendo. Em fevereiro de 1936, a Frente Popular

(*) A Espanha manteve sua presença no Marrocos, disputado pelas aguerridas tribos berberes locais, que proporcionaram ao exército espanhol formidáveis unidades de combate, e também em alguns territórios africanos mais ao sul, esquecidos de todos.

(**) O carlismo foi um movimento ferozmente monarquista e ultratradicionalista, com forte apoio camponês, sobretudo na guerra. Os carlistas travaram guerras civis na década de 1830 e 1870, defendendo um ramo da família real espanhola.

obteve uma maioria de votos pequena e nada arrasadora, e graças à sua coordenação, uma substancial maioria de cadeiras no Parlamento espanhol, ou Cortes. Essa vitória produziu menos um governo efetivo da esquerda que uma fissura pela qual a lava acumulada de insatisfação social pôde começar a esguichar. Isso tornou-se cada vez mais evidente nos meses seguintes.

Nesse estágio, tendo falhado a política direitista ortodoxa, a Espanha reverteu a uma forma política em que fora pioneira, e que se tornara típica do mundo ibérico: o *pronunciamiento*, ou golpe militar. Mas do mesmo modo como a esquerda espanhola se via olhando para o frentismo popular do outro lado das fronteiras nacionais, também a direita espanhola sentia-se atraída para as potências fascistas. Isso não se dava tanto por meio do modesto movimento fascista local, a Falange, quanto da Igreja e dos monarquistas, para os quais pouca diferença havia entre liberais e comunistas, todos igualmente ateus, não havendo portanto possibilidade de acordo com qualquer deles. A Itália e a Alemanha esperavam extrair algum proveito moral e talvez político de uma vitória da direita. Os generais espanhóis que começaram a tramar a sério um golpe após a eleição precisavam de apoio financeiro e ajuda prática, que negociaram com a Itália.

Contudo, os momentos de vitória democrática e mobilização política de massas não são ideais para golpes militares, que dependem para ter sucesso da convenção de que os civis, assim como setores não comprometidos das Forças Armadas, aceitem os sinais, do mesmo modo como os *putschistas* militares cujos sinais não são aceitos reconheçam discretamente seu fracasso. O *pronunciamiento* clássico é um jogo que se joga melhor nos momentos em que as massas estão em recesso ou os governos perderam a legitimidade. Essas condições não estavam presentes na Espanha. O golpe de 17 de julho dos generais teve êxito em algumas cidades, e enfrentou apaixonada resistência de pessoas e Forças Armadas leais em outras. Não conseguiu tomar as duas principais cidades da Espanha, incluindo a capital, Madri. Em partes do país precipitou, portanto, a revolução social à qual pretendia adiantar-se. Em toda a Espanha, iniciou-se uma longa guerra civil entre o governo legítimo e devidamente eleito da República, agora ampliado e incluindo socialistas, comunistas e mesmo alguns anarquistas, mas coabitando de maneira pouco confortável com as forças da rebelião de massa que haviam derrotado o golpe, e os generais insurgentes que se apresentavam como cruzados nacionalistas contra o comunismo. O mais jovem e politicamente inteligente dos generais, Francisco Franco y Bahamonte (1892-1975), viu-se à frente de um novo regime que com o correr da guerra se tornou um Estado autoritário com um partido único — um conglomerado de direita que ia do fascismo aos velhos monarquistas e ultras carlistas que recebeu o nome absurdo de Falange Tradicionalista Espanhola. Mas os dois lados da Guerra Civil precisavam de apoio. E recorreram a patrocinadores potenciais.

A reação da opinião antifascista à rebelião dos generais foi imediata e espontânea, ao contrário da reação dos governos antifascistas, bem mais cautelosos, mesmo quando, como a URSS e o chamado governo da Frente Popular que acabara de chegar ao poder na França, eram fortemente a favor da República. (A Itália e a Alemanha imediatamente enviaram armas e homens para o seu lado.) A França estava ansiosa para ajudar, e deu alguma assistência (oficialmente "não reconhecida") à República, até ser exortada a uma política oficial de "não-intervenção" por divisões internas e pelo governo britânico, profundamente hostil ao que via como o avanço da revolução social e do bolchevismo na península Ibérica. A opinião da classe média e conservadora no Ocidente em geral partilhava dessa atitude, embora (com exceção da Igreja Católica e dos pró-fascistas) não se identificasse muito com os generais. A Rússia, embora firme do lado republicano, também entrou no Acordo de Não-Intervenção patrocinado pelos britânicos, cujo objetivo, o de impedir a ajuda alemã e italiana aos generais, ninguém esperava nem queria atingir, e aos poucos "passou de equívoco a hipocrisia" (Thomas, 1977, p. 395). De setembro de 1936 em diante, a Rússia enviou sem reservas, embora não exatamente de modo oficial, homens e material para apoiar a República. A não-intervenção, que significava simplesmente que a Grã-Bretanha e a França se recusavam a fazer fosse o que fosse em relação à maciça intervenção das potências do Eixo na Espanha, com o que abandonavam a República, confirmou tanto fascistas quanto antifascistas em seu desprezo aos não-intervencionistas. Também aumentou enormemente o prestígio da URSS, a única potência que ajudou o governo legítimo da Espanha, e dos comunistas dentro e fora daquele país, não apenas porque organizaram essa ajuda internacionalmente, mas porque também logo se estabeleceram como a espinha dorsal do esforço militar republicano.

Contudo, mesmo antes de os soviéticos mobilizarem seus recursos, todos, desde os liberais até os mais extremistas da esquerda, reconheceram de imediato como sua a luta espanhola. Como escreveu o maior poeta britânico da época, W. H. Auden:

> *Naquela árida praça, naquele fragmento lascado da quente*
> *África, tão toscamente colado na inventiva Europa;*
> *Naquela terra plana açoitada por rios,*
> *Nossas idéias têm corpos; os ameaçadores vultos de nossa febre*
> *São precisos e vivos.*

E o que é mais: ali, e somente ali, a interminável e desmoralizante queda da esquerda era detida por homens e mulheres que combatiam o avanço da direita armada. Mesmo antes de a Internacional Comunista começar a organizar as Brigadas Internacionais (cujos primeiros contingentes chegaram à sua futura base em outubro), de fato antes que as primeiras colunas organizadas de voluntários aparecessem no *front* (as do movimento liberal-socialista italiano Giustizia e Libertá), voluntários estrangeiros já lutavam pela República em certa quantidade. Mais de 40 mil jovens estrangeiros de mais de cinqüenta países* acabaram indo lutar e muitos morrer num país sobre o qual provavelmente não conheciam mais que o mapa no atlas da escola. É significativo que não mais de mil voluntários estrangeiros tenham lutado do lado de Franco (Thomas, 1977, p. 980). Para esclarecimento dos leitores criados no ambiente moral de fins do século XX, deve-se acrescentar que esses não eram nem mercenários, nem, com exceção de poucos casos, aventureiros. Eles foram lutar por uma causa.

É difícil lembrar hoje o que a Espanha significou para os liberais e os esquerdistas que viveram a década de 1930, embora para muitos de nós sobreviventes, todos já ultrapassando o tempo de vida bíblico, continue sendo a única causa que, mesmo em retrospecto, pareça tão pura e atraente quanto em 1936. Hoje parece pertencer a um passado pré-histórico, mesmo na Espanha. Contudo, na época apresentava-se àqueles que combatiam o fascismo como o *front* central de sua batalha, por ser o único em que a ação jamais cessou durante mais de dois anos e meio, o único em que era possível participar como indivíduos, se não de uniforme, pelo menos fazendo coletas de dinheiro, ajudando a refugiados, e através de infindáveis campanhas para pressionar nossos governos covardes. E o avanço gradual, mas aparentemente invencível, do lado nacionalista, a derrota e morte previsíveis da República, apenas tornavam mais desesperadamente urgente forjar a união contra o fascismo mundial.

Pois a República espanhola, apesar de nossas simpatias e da (insuficiente) ajuda recebida, travou uma ação de retaguarda contra a derrota desde o início. Em retrospecto, fica claro que isso se deveu à sua própria fraqueza. Pelos padrões das guerras do século XX, ganhas ou perdidas, a guerra republicana de 1936-9, com todo o seu heroísmo, teve um desempenho ruim, em parte porque não usou seriamente aquela poderosa arma contra forças convencionais, a guerrilha — uma estranha omissão num país que deu nome a essa forma de guerra não convencional. Ao contrário dos nacionalistas, que tinham uma direção militar e política única, os republicanos continuaram politicamente divididos, e — apesar da contribuição dos comunistas — não conseguiram formar uma vontade militar e um comando estratégico únicos, ou só tarde demais. O melhor que podia fazer era de tempos em tempos repelir ofensivas potencialmente fatais do outro lado, prolongando assim uma guerra que podia muito bem ter terminado em novembro de 1936 com a tomada de Madri.

(*) Entre eles, talvez 10 mil franceses, 5 mil alemães e austríacos, 5 mil poloneses e ucranianos, 3500 italianos, 2800 dos EUA, 2 mil britânicos, 1500 iugoslavos, 1500 tchecos, mil húngaros, mil escandinavos e vários outros. Os 2 a 3 mil russos dificilmente podem ser classificados como voluntários. Diz-se que cerca de 7 mil de todos esses eram judeus (Thomas, 1977, pp. 982-4; Paucker, 1991, p. 15).

Na época, a Guerra Civil Espanhola não pareceu um bom presságio para a derrota do fascismo. Internacionalmente, foi uma versão em miniatura de uma guerra européia, travada entre Estados fascistas e comunistas, os últimos marcadamente mais cautelosos e menos decididos que os primeiros. As democracias ocidentais continuaram não tendo certeza de nada, a não ser de seu não-envolvimento. Internamente, foi uma guerra em que a mobilização da direita se mostrou muito mais efetiva que a da esquerda. Terminou em derrota total, várias centenas de milhares de mortos, várias centenas de milhares de refugiados nos países que quiseram recebê-los, incluindo a maior parte dos talentos artísticos e intelectuais sobreviventes da Espanha, que, com raras exceções, haviam ficado do lado da República. A Internacional Comunista mobilizara todos os seus formidáveis talentos em favor da República espanhola. O futuro marechal Tito, libertador e líder da Iugoslávia comunista, organizava o fluxo de recrutas das Brigadas Internacionais em Paris; Palmiro Togliati, líder comunista italiano, era o dirigente de fato do inexperiente Partido Comunista espanhol, e foi um dos últimos a escapar do país em 1939. Também este fracassou, e sabia que estava fracassando, como a URSS, que destacou algumas de suas mais impressionantes cabeças militares para servir na Espanha (por exemplo, os futuros marechais Konev, Malinovski, Voronov e Rokossovski, e o futuro comandante da marinha soviética, almirante Kuznetsov).

IV

E no entanto, a Guerra Civil Espanhola antecipou e moldou as forças que iriam, poucos anos depois da vitória de Franco, destruir o fascismo. Antecipou a política da Segunda Guerra Mundial, aquela aliança única de frentes nacionais que ia de conservadores patriotas a revolucionários sociais, para a derrota do inimigo nacional e simultaneamente para a regeneração social. Pois a Segunda Guerra Mundial foi, para os do lado vencedor, não apenas uma luta pela vitória militar, mas — mesmo na Grã-Bretanha e nos EUA — por uma sociedade melhor. Ninguém sonhava com um retorno ao pré-guerra de 1939 — nem mesmo a 1928 ou 1918, como os estadistas após a Primeira Guerra Mundial haviam sonhado com uma volta ao mundo de 1913. Um governo britânico sob Winston Churchill se comprometeu, no meio de uma guerra desesperada, com um Estado do Bem-estar abrangente e o pleno emprego. Não foi por acaso que o Relatório Beveridge saiu com estas recomendações num dos anos mais negros da desesperada guerra da Grã-Bretanha: 1942. Os planos para o pós-guerra dos EUA tratavam apenas lateralmente do problema de como tornar impossível outro Hitler. O verdadeiro esforço intelectual dos planejadores do pós-guerra era dedicado a aprender as lições da Grande Depressão e da década de 1930, para que não se repetissem. Quanto aos movi-

mentos de resistência nos países derrotados e ocupados pelo Eixo, a inseparabilidade de libertação e revolução social, ou pelo menos de uma grande transformação, era para eles indiscutível. Além disso, por toda a Europa antes ocupada, no Leste e no Oeste, surgiram os mesmos tipos de governo após a vitória: administrações de união nacional baseadas em todas as forças que se haviam oposto ao fascismo, sem distinção ideológica. Pela primeira e única vez na história, ministros comunistas sentaram-se ao lado de ministros conservadores, liberais ou social-democratas na maioria dos Estados europeus, uma situação destinada a não durar muito.

Embora uma ameaça comum os reunisse, essa espantosa unidade de opostos, Roosevelt e Stalin, Churchill e os socialistas britânicos, De Gaulle e os comunistas franceses, teria sido impossível sem um certo relaxamento das hostilidades e suspeitas mútuas entre os defensores e adversários da Revolução de Outubro. A Guerra Civil Espanhola tornou isso muito mais fácil. Mesmo governos anti-revolucionários não podiam esquecer que o governo espanhol, sob um presidente e um primeiro-ministro liberais, tinha completa legitimidade constitucional e moral quando pedira ajuda contra seus generais insurgentes. Mesmo os estadistas democráticos que o haviam traído, temendo pela própria pele, tinham a consciência pesada. Tanto o governo espanhol quanto, o que importava mais, os comunistas cada vez mais imersos em seus assuntos insistiam em que não visavam a revolução social, e de fato fizeram o possível para controlá-la e revertê-la, para horror dos entusiastas revolucionários. A revolução, insistiam todos, não era a questão; e sim a defesa da democracia.

O ponto interessante é que não se tratava de mero oportunismo, ou, como pensavam os puristas da ultra-esquerda, traição à revolução. Refletia a passagem deliberada de uma maneira insurrecional para uma gradual, de uma maneira confrontacional para uma de negociação, até mesmo parlamentar de chegada ao poder. À luz da reação do povo espanhol ao golpe, sem dúvida revolucionário,* os comunistas agora podiam ver como uma tática essencialmente defensiva, imposta pela desesperada situação de seus movimentos após a subida de Hitler ao poder, abria perspectivas de avanço, isto é, "um novo tipo de democracia", surgindo dos imperativos da política e da economia da guerra. Os latifundiários e capitalistas que apoiavam os rebeldes perderiam suas propriedades; não como latifundiários e capitalistas, mas como traidores. O governo teria de planejar e assumir a economia; não por motivos ideológicos, mas pela lógica das economias de guerra. Conseqüentemente, se vitorioso, "esse novo tipo de democracia não pode deixar de ser inimigo do espírito con-

(*) Nas palavras do Comintern, a revolução espanhola era "parte integral da luta antifascista, apoiada na mais ampla base social. É uma revolução popular. É uma revolução nacional. É uma revolução antifascista" (Ercoli, outubro de 1936, citado in Hobsbawm, 1986, p. 175).

servador [...] Oferece garantia de maiores conquistas econômicas e políticas para os trabalhadores espanhóis" (ibid., p. 176).

O panfleto do Comintern de outubro de 1936 descrevia assim com considerável exatidão a forma da política na guerra antifascista de 1939-45. Seria uma guerra travada na Europa por governos ou coalizões de resistência "do povo", ou "de frentes nacionais" abrangendo tudo, feita com economias administradas e a ser encerrada, nos territórios ocupados, com maciços avanços no setor público, devido à expropriação de capitalistas, não como tais, mas como alemães ou colaboradores dos alemães. Em vários países da Europa Central e Oriental, uma linha levava diretamente do antifascismo a uma "nova democracia" dominada, e eventualmente absorvida, pelos comunistas, mas até a eclosão da Guerra Fria o objetivo desses regimes do pós-guerra *não* era, de maneira específica, a conversão imediata para sistemas socialistas ou a abolição do pluralismo político e da propriedade privada.* Nos países do Ocidente, as conseqüências sociais e econômicas líquidas da guerra e da libertação não foram muito diferentes, embora o fosse a conjuntura política. Introduziram-se reformas sociais e econômicas, não (como depois da Primeira Guerra Mundial) em resposta à pressão das massas e ao temor da revolução, mas por governos comprometidos com elas em princípio, em parte do velho tipo reformista, como os democratas nos EUA e o Partido Trabalhista, agora no governo na Grã-Bretanha; e em parte por partidos de reforma e ressurreição nacional surgidos diretamente dos vários movimentos antifascistas. Em suma, a lógica da guerra antifascista conduzia à esquerda.

V

Em 1936, e mais ainda em 1939, essas implicações da guerra espanhola pareciam remotas, até mesmo irreais. Após quase uma década de aparente fracasso total da linha de unidade antifascista do Comintern, Stalin tirou-a de sua agenda, pelo menos naquele momento, e não apenas chegou a um acordo com Hitler (embora os dois lados soubessem que isso não poderia durar), como instruiu o movimento internacional a abandonar a estratégia antifascista, uma decisão insensata que talvez se possa explicar melhor por sua proverbial aversão a mesmo os menores riscos.** Contudo, em 1941 a lógica da linha do Comintern acabou por se impor. Pois quando a Alemanha invadiu a URSS e trou-

(*) Mesmo na conferência de fundação do novo Departamento de Informação Comunista (Cominform) da Guerra Fria, o delegado búlgaro, Vlko Tchervenkov, ainda descrevia firmemente nesses termos as perspectivas de seu país (Reale, 1954, pp. 66-7, 73-4).

(**) Talvez temesse que a entusiástica participação comunista numa guerra antifascista francesa ou britânica pudesse ser vista por Hitler como um sinal de sua secreta má-fé, e portanto como uma desculpa para atacá-lo.

xe os EUA para a guerra — em suma, quando a luta contra o fascismo se transformou por fim numa guerra global —, a guerra tornou-se tão política quanto militar. Internacionalmente, transformou-se numa aliança entre o capitalismo dos EUA e o comunismo da União Soviética. Dentro de cada país da Europa — mas não, na época, do mundo dependente do imperialismo ocidental — esperava unir todos os dispostos a resistir à Alemanha ou à Itália, ou seja, formar uma coalizão de resistência que fosse de um lado a outro do espectro político. Como toda a Europa beligerante, com exceção da Grã-Bretanha, estava ocupada pelas potências do Eixo, essa guerra de resistentes era essencialmente uma guerra de civis, ou de forças armadas de ex-civis, não reconhecidas como tais pelos exércitos alemães e italianos: uma luta selvagem de *partisans*, que impunha opções políticas a todos.

A história dos movimentos da Resistência européia é em grande parte mitológica, pois (a não ser, em certa medida, na própria Alemanha) a legitimidade dos regimes e governos do pós-guerra se baseou em sua folha de serviço na Resistência. A França é o caso extremo, porque ali faltava ao governo após a Libertação qualquer continuidade com o governo francês de 1940, que fizera a paz e cooperara com os alemães, e porque a resistência organizada, para não falar da armada, fora um tanto fraca, pelo menos até 1944, e o apoio popular a ela precário. A França do pós-guerra foi reconstruída pelo general De Gaulle com base no mito de que, em essência, a França eterna jamais aceitara a derrota. Como ele próprio declarou: "A Resistência foi um blefe que deu certo" (Gillois, 1973, p. 164). É um ato político o fato de os únicos combatentes da Segunda Guerra Mundial comemorados em memoriais de guerra franceses hoje serem combatentes da Resistência que se fizeram parte das forças de De Gaulle. Contudo, a França não é de modo algum o único caso de um Estado construído sobre a mística da Resistência.

Duas coisas se devem dizer sobre os movimentos de resistência europeus. Primeiro, sua importância militar (com a possível exceção da Rússia) foi insignificante antes de a Itália retirar-se da guerra em 1943, e não decisiva em parte alguma, com exceção talvez de partes dos Bálcãs. Deve-se repetir que seu maior significado foi político e moral. Assim, a vida pública italiana foi transformada, após mais de vinte anos de um fascismo que desfrutara de considerável apoio até mesmo entre intelectuais, pela mobilização impressionante e generalizada da Resistência em 1943-5, incluindo um movimento *partisan* armado no Centro e Norte da Itália de por volta de 100 mil combatentes, com 45 mil mortos (Bocca, 1966, pp. 297-302, 385-9, 569-70; Pavone, 1991, p. 413). Enquanto os italianos podiam deixar a memória de Mussolini para trás com a consciência limpa, os alemães, que tinham apoiado seu governo até o fim, não podiam colocar distância entre eles próprios e a era nazista de 1939-45. A resistência interna, uma minoria de militantes comunistas, conservadores militares prussianos e um punhado de dissidentes religiosos e liberais, esta-

va morta ou saía de campos de concentração. Por outro lado, é evidente que o apoio ao fascismo ou a colaboração com o invasor afastou as pessoas envolvidas da vida pública por uma geração após 1945, embora a Guerra Fria contra o comunismo encontrasse bastante uso para essa gente no submundo ou *demi-monde* das operações militares e de espionagem ocidentais.*

A segunda observação sobre a Resistência é que, por motivos óbvios — embora com a notável exceção da Polônia —, sua política pendia para a esquerda. Em cada país os fascistas, os radicais de direita, os conservadores, ricos locais e outros cujo principal terror era a revolução social, tendiam a simpatizar, ou pelo menos a não se opor aos alemães; o mesmo faziam vários movimentos regionalistas ou nacionalistas menores, eles próprios da direita ideológica, alguns dos quais na verdade esperavam tirar proveito de sua colaboração, notadamente o nacionalismo flamengo, eslovaco e croata. O mesmo, não se deve esquecer, fizeram os elementos profunda e intransigentemente anticomunistas na Igreja Católica e seus exércitos de religiosos convencionais, embora a política da Igreja fosse demasiado complexa para ser classificada simplesmente como "colaboracionista" em qualquer parte. Segue-se que os da direita política que escolheram a resistência eram inteiramente atípicos de seu eleitorado político. Winston Churchill e o general De Gaulle não foram membros típicos de suas famílias ideológicas, embora se deva dizer que, para muitos tradicionalistas viscerais de instintos militares, fosse impensável um patriotismo que não defendesse a pátria.

Isso explica, caso seja necessária alguma explicação especial, o extraordinário destaque dos comunistas nos movimentos de resistência e, conseqüentemente, seu espantoso avanço político durante a guerra. Os movimentos comunistas europeus atingiram o auge de sua influência em 1945-7 por esse motivo, exceto na Alemanha, onde não se recuperaram da brutal decapitação de 1933, e das heróicas e suicidas tentativas de resistência nos três anos seguintes. Mesmo em países distantes da revolução social, como Bélgica, Dinamarca e os Países Baixos, os partidos comunistas conquistaram entre 10 e 12% dos votos — um múltiplo do que conquistavam antes, formando o ter-

(*) A força armada secreta anticomunista conhecida, depois de revelada sua existência por um político italiano em 1990, como *Gladio* (espada), foi estabelecida em 1949 para continuar a resistência interna em vários países europeus após uma ocupação soviética, caso surgisse uma tal situação. Seus membros eram armados e pagos pelos EUA, treinados pela CIA e por forças secretas e especiais britânicas, e ocultava-se sua existência aos governos em cujos territórios elas operavam, com exceção de indivíduos escolhidos. Na Itália, e talvez em outras partes, constituíam-se originalmente de fascistas renitentes, deixados para trás como núcleos de resistência pelo Eixo derrotado, e que posteriormente ganharam novo valor como anticomunistas fanáticos. Na década de 1970, quando uma invasão pelo Exército Vermelho não mais parecia plausível nem mesmo para os operadores do serviço secreto americano, os "gladiadores" encontraram um novo campo de atividade como terroristas de direita, às vezes fazendo-se passar por terroristas de esquerda.

ceiro ou quarto bloco dos parlamentos de todos os países. Na França, surgiram como o maior partido nas eleições de 1945, maior, pela primeira vez, que seus antigos rivais socialistas. Na Itália, seu resultado foi ainda mais espantoso. Um bando pequeno, perseguido e notoriamente malsucedido de quadros ilegais antes da guerra — chegaram a ser ameaçados de dissolução pelo Comintern em 1938 — emergiu de dois anos de resistência como um partido de massa de 800 mil membros, logo (1946) alcançando quase 2 milhões. Nos países onde a guerra contra o Eixo fora travada essencialmente pela resistência armada interna — Iugoslávia, Albânia e Grécia — as forças dos *partisans* tinham sido dominadas pelos comunistas, tanto que o governo britânico sob Churchill, que não tinha a menor simpatia pelos comunistas, transferiu seu apoio e ajuda do monarquista Mihailovic para o comunista Tito, quando ficou claro que um era incomparavelmente mais perigoso para os alemães que o outro.

Os comunistas passaram à resistência não apenas porque a estrutura do "partido de vanguarda" de Lenin era projetada para produzir uma força de quadros disciplinados e desprendidos, cujo próprio objetivo era a ação eficiente, mas porque situações extremas, como ilegalidade, repressão e guerra, eram exatamente a que esses corpos de "revolucionários profissionais" se destinavam. Na verdade, "só eles tinham previsto a possibilidade de uma guerra de resistência" (Foot, 1976, p. 84). Nisso diferiam dos partidos socialistas de massa, que achavam quase impossível operar fora da legalidade — eleições, comícios e o resto — que definia e determinava suas atividades. Diante de um golpe fascista ou ocupação alemã, os partidos social-democratas tenderam a entrar em hibernação, da qual no melhor dos casos emergiram, como os alemães e austríacos, no fim da era negra com a maior parte de seus velhos seguidores, e dispostos a retomar a política. Embora não ausentes da Resistência, foram, por motivos estruturais, sub-representados. No caso extremo da Dinamarca, na verdade um governo social-democrata se achava no poder quando a Alemanha ocupou o país, *e permaneceu no poder* durante toda a guerra, embora presumivelmente sem simpatia pelos nazistas. (O partido levou alguns anos para se recuperar desse episódio.)

Duas outras características ajudaram os comunistas a destacar-se na Resistência: seu internacionalismo e a apaixonada, quase milenar convicção com que dedicavam suas vidas à causa (ver capítulo 2). O primeiro possibilitou-lhes mobilizar homens e mulheres mais abertos ao apelo antifascista do que a qualquer convocação patriótica, como por exemplo os refugiados da Guerra Civil Espanhola na França, que proporcionaram a maior parte da resistência armada *partisan* no Sudoeste daquele país — talvez 12 mil combatentes antes do Dia D (Pons Prades, 1975, p. 66) — e os outros refugiados e imigrantes da classe operária de dezessete países, que, sob o acrônimo MOI (*Main d'Œuvre Immigrée* [mão-de-obra imigrante]), fizeram alguns dos trabalhos mais perigosos de Paris, como o grupo Manouchian (armênios e judeus poloneses), que

atacou oficiais alemães na capital francesa.* E a segunda gerou uma combinação de bravura, auto-sacrifício e brutalidade que impressionou até mesmo seus adversários, e que uma obra de maravilhosa honestidade, *Tempo de guerra*, do iugoslavo Milovan Djilas (Djilas, 1977), pinta de modo tão vívido. Os comunistas, na opinião de um historiador politicamente moderado, foram "dos mais bravos entre os bravos" (Foot, 1976, p. 86), e embora sua organização disciplinada lhes desse as melhores possibilidades de sobrevivência nas prisões e campos de concentração, suas perdas foram pesadas. As suspeitas sobre o PC francês, cuja liderança era antipatizada mesmo por comunistas, não podem negar inteiramente sua pretensão de ser *le parti des fusillés* [o partido dos fuzilados], que teve pelo menos 15 mil de seus militantes executados pelo inimigo (Touchard, 1977, p. 258). Não é de surpreender que tivessem um poderoso apelo para homens e mulheres corajosos, sobretudo jovens, e talvez principalmente em países onde o apoio de massa à resistência ativa fora escasso, como na França ou Tchecoslováquia. Também atraíam fortemente os intelectuais, o grupo mais prontamente mobilizado sob a bandeira do antifascismo, e que formava o núcleo das organizações de resistência não partidárias (mas genericamente esquerdistas). O caso de amor dos intelectuais franceses pelo marxismo, e o domínio da cultura italiana por pessoas ligadas ao Partido Comunista, que duraram ambos uma geração, foram produtos da Resistência. Quer tenham se lançado pessoalmente na Resistência, como o destacado editor do pós-guerra que observa com orgulho que *todos* os membros de sua empresa pegaram em armas como *partisans*, quer se tenham tornado simpatizantes comunistas porque eles próprios ou suas famílias *não* foram resistentes de fato — talvez tivessem estado até no outro lado —, todos os intelectuais sentiram a atração do Partido Comunista.

Com exceção das fortalezas de guerrilheiros nos Bálcãs, os comunistas não tentaram estabelecer regimes revolucionários em lugar nenhum. É verdade que não estavam em posição de fazer isso em parte alguma a Oeste de Trieste, mesmo que quisessem concorrer ao poder, mas também que a URSS, à qual seus partidos eram absolutamente leais, desencorajou vigorosamente tais investidas unilaterais ao poder. As revoluções comunistas de fato feitas (Iugoslávia, Albânia, depois China), o foram *contra* a opinião de Stalin. A opinião soviética era que, internacionalmente e em cada país, a política do pós-guerra devia continuar dentro do esquema da aliança antifascista abrangente, isto é, buscava uma coexistência, ou antes simbiose, a longo prazo, de sistemas capitalistas e comunistas, e maior mudança social e política, presumivelmente por transformações dentro do "novo tipo de democracia" que surgiria das coalizões do

(*) Um dos amigos do autor, que acabou se tornando subcomandante do MOI sob o tcheco Arthur London, era um judeu austríaco de origem polonesa, que tinha como tarefa na Resistência organizar a propaganda antinazista entre as tropas alemãs na França.

tempo da guerra. Esse roteiro otimista logo desapareceu na Guerra Fria, tão completamente que poucos se lembram que Stalin exortou os comunistas iugoslavos a manter a monarquia, ou que em 1945 os comunistas britânicos se opunham ao rompimento da coalizão de Churchill da época da guerra, ou seja, à campanha eleitoral que iria levar o Partido Trabalhista ao poder. No entanto, não há dúvida de que Stalin dizia tudo isso a sério, e tentou prová-lo dissolvendo o Comintern em 1943, e o Partido Comunista dos EUA em 1944.

A decisão de Stalin, expressa nas palavras de um líder comunista americano, "de que não levantaremos a questão do socialismo de forma e maneira a pôr em perigo ou enfraquecer [...] a unidade" (Browder, 1944, in Starobin, 1972, p. 57), deixava claras as suas intenções. Para fins práticos, como reconheceram os dissidentes comunistas, era um adeus permanente à revolução mundial. O socialismo se limitaria à URSS e à área destinada por negociação diplomática como sua zona de influência, isto é, basicamente a ocupada pelo Exército Vermelho no fim da guerra. Mesmo dentro dessa zona de influência, continuaria sendo mais uma perspectiva para o futuro do que um programa imediato para as novas "democracias populares". A história, que pouco se interessa pelas intenções políticas, seguiu outro rumo — exceto num aspecto. A divisão do globo, ou de uma grande parte dele, em duas zonas de influência, negociadas em 1944-5, permaneceu estável. Nenhum lado cruzou mais que momentaneamente a linha que os dividiu durante trinta anos. Ambos recuaram do confronto aberto, assegurando assim que as guerras frias mundiais jamais se tornassem quentes.

VI

O breve sonho de Stalin, de uma parceria americano-soviética no pós-guerra, não fortaleceu de fato a aliança global de capitalismo liberal e comunismo contra o fascismo. Em vez disso, demonstrou sua força e amplitude. É evidente que se tratava de uma aliança contra uma ameaça militar, e que nunca teria existido sem a série de agressões da Alemanha nazista, culminando com a invasão da URSS e a declaração de guerra aos EUA. Apesar disso, a própria natureza da guerra confirmou as intuições de 1936 sobre as implicações da Guerra Civil Espanhola: a identificação de mobilização militar e civil com mudanças sociais. No lado aliado — mais que no fascista — foi uma guerra de reformadores, em parte porque nem mesmo a mais confiante potência capitalista podia esperar vencer uma guerra longa sem abandonar os "negócios de sempre", em parte porque a própria Segunda Guerra Mundial dramatizou os fracassos dos anos entreguerras, dos quais a não-união contra os agressores era apenas um sintoma menor.

Que vitória e mudança social andavam juntas, está claro pelo que sabemos do desenrolar da opinião pública nos países beligerantes ou libertados onde havia liberdade para expressá-la, exceto, curiosamente, nos EUA, onde os anos depois de 1936 viram uma erosão marginal do voto presidencial democrata, e uma acentuada ressurreição dos republicanos: era um país dominado por suas preocupações internas e muito mais distante dos sacrifícios da guerra que qualquer outro. Onde houve eleições autênticas, elas mostraram uma nítida mudança para a esquerda. O caso mais impressionante foi o britânico, onde as eleições de 1945 derrotaram o universalmente amado e admirado senhor da guerra, Winston Churchill, e levaram ao poder o Partido Trabalhista com um aumento de 50% em sua votação. Nos cinco anos seguintes, ele iria presidir um período de reformas sociais sem precedentes. Os dois grandes partidos haviam se envolvido igualmente no esforço de guerra. O eleitorado escolheu aquele que prometia tanto vitória quanto transformação social. O fenômeno foi geral na Europa Ocidental guerreira, embora não se deva exagerar sua escala ou radicalismo, como tendeu a fazê-lo sua imagem pública, pela eliminação temporária da direita fascista ou colaboracionista.

A situação nas partes da Europa libertadas pela revolução guerrilheira ou pelo Exército Vermelho é mais difícil de julgar, ainda mais que o genocídio em massa, o grande deslocamento de população e a expulsão ou emigração forçada em massa tornaram impossível comparar antes e depois da guerra os países que mantiveram seus velhos nomes. Por toda essa área, o grosso dos habitantes dos países invadidos pelo Eixo se viu como vítima dele, com exceção dos politicamente divididos eslovacos e croatas, que ganharam Estados nominalmente independentes sob os auspícios alemães; a maioria das pessoas nos Estados aliados da Alemanha, Hungria e Romênia; e, claro, a grande diáspora alemã. Isso não queria dizer que simpatizassem com os movimentos de resistência de inspiração comunista — exceto talvez os judeus, perseguidos por todos os demais — e ainda menos (com exceção dos tradicionalmente russófilos eslavos dos Bálcãs) com a Rússia. Os poloneses eram, em sua grande maioria, antialemães e anti-russos, e também anti-semitas. Os pequenos povos bálticos, ocupados pela URSS em 1940, haviam sido anti-russos, anti-semitas e pró-alemães, enquanto tinham tido escolha em 1941-5. Nem comunistas, nem Resistência seriam encontrados na Romênia, e muito pouco na Hungria. Por outro lado, o comunismo e o sentimento pró-russo eram fortes na Bulgária, embora a Resistência fosse precária, e na Tchecoslováquia o PC, sempre um partido de massa, surgiu como o grande favorito em eleições verdadeiramente livres. Vitórias de guerrilha não são plebiscitos, mas há pouca dúvida de que a maioria dos iugoslavos acolheu o triunfo dos *partisans* de Tito, exceto a minoria alemã, os seguidores do regime Ustashi croata, dos quais os sérvios se vingaram com selvageria por massacres anteriores, e um cerne tradicionalista na Sérvia, onde o movimento de Tito, e conseqüentemente a guerra antialemã,

jamais floresceram.* A Grécia permaneceu proverbialmente dividida, apesar da recusa de Stalin em ajudar os comunistas gregos e as forças pró-vermelhos contra os britânicos que apoiavam seus adversários. Só especialistas em estudos de famílias se dariam o trabalho de arriscar um palpite sobre os sentimentos políticos dos albaneses depois do triunfo dos comunistas. Contudo, em todos esses países iria começar uma era de maciça transformação social.

Muito curiosamente, a URSS foi (com os EUA) o único país beligerante a que a guerra não trouxe nenhuma mudança social e institucional significativa. Começou e terminou o conflito sob Yosif Stalin (ver capítulo 13). Contudo, está claro que a guerra impôs enormes tensões à estabilidade do sistema, sobretudo severamente reprimida na área rural. Não fosse a arraigada crença do nacional-socialismo de que os eslavos eram uma raça de escravos subumanos, os invasores alemães teriam podido conquistar apoio duradouro entre muitos povos soviéticos. Por outro lado, a verdadeira base da vitória soviética foi o patriotismo da nacionalidade majoritária da URSS, os grandes russos, sempre a elite do Exército Vermelho, a que o regime soviético apelou em seus momentos de crise. Na verdade, a Segunda Guerra Mundial se tornou oficialmente conhecida na URSS como "a Grande Guerra Patriótica", corretamente.

VII

Neste ponto, o historiador deve dar um grande salto para evitar cair na armadilha de uma análise puramente ocidental. Pois muito pouco do que foi escrito neste capítulo até agora se aplica à maior parte do globo. Não é totalmente irrelevante para o conflito entre o Japão e a Ásia Oriental continental, uma vez que o Japão, dominado pela política da direita ultranacionalista, era aliado da Alemanha nazista, e as principais forças de resistência na China eram as comunistas. Aplica-se em certa medida à América Latina, grande importadora de ideologias européias da moda, como fascismo ou comunismo, e sobretudo ao México, revivendo sua grande revolução na década de 1930 sob o presidente Lázaro Cardenas (1934-40) e apoiando apaixonadamente a República espanhola na Guerra Civil. Na verdade, depois da derrota o México continuou sendo o único Estado a reconhecer a República como o governo legítimo da Espanha. Contudo, para a maior parte da Ásia, África e o mundo islâmico, o fascismo, como ideologia ou como política de um Estado agressor, não era e jamais se tornou o principal e muito menos o único inimigo. Este era o "im-

(*) Contudo, os sérvios na Croácia e na Bósnia, assim como os montenegrinos (que proporcionaram 17% dos oficiais do exército *partisan*), eram fortemente pró-Tito, como o eram importantes setores dos croatas — povo do próprio Tito — e os eslovenos. A maior parte da luta se deu na Bósnia.

perialismo" ou "colonialismo", e as potências imperialistas eram, em sua maioria, as democracias liberais: Grã-Bretanha, França, os Países Baixos, Bélgica e os EUA. Além disso, todas as potências imperiais, com exceção do Japão, eram brancas.

Logicamente, os inimigos da potência imperial eram aliados em potencial na luta pela libertação colonial. Até mesmo o Japão, que, como sabiam os coreanos, taiuaneses, chineses e outros, tinha seu próprio tipo brutal de colonialismo, podia atrair a simpatia das forças anticoloniais do Sudeste Asiático e do Sul da Ásia como um defensor dos não-brancos contra os brancos. A luta antiimperial e a luta antifascista, portanto, tendiam a puxar para pólos opostos. O pacto de Stalin com os alemães em 1939, que perturbou a esquerda ocidental, permitiu aos comunistas da Índia e do Vietnã concentrar-se felizes na oposição aos britânicos e franceses; ao passo que a invasão alemã da URSS em 1941 os obrigou, como bons comunistas, a dar prioridade à derrota do Eixo, ou seja, pôr a libertação de seus próprios países bem mais abaixo na agenda. Isso era não só impopular, como estrategicamente sem sentido, numa época em que os impérios coloniais do Ocidente encontravam-se em seu período mais vulnerável, quando não de fato desmoronando. E, na verdade, os esquerdistas locais que não se sentiam presos pelos grilhões da lealdade ao Comintern aproveitaram a oportunidade. O Partido do Congresso lançou o movimento "Deixe a Índia" em 1942, enquanto o radical bengali Subhas Bose de Bengala recrutava um Exército de Libertação Indiana para os japoneses formado por prisioneiros de guerra do exército indiano feitos durante os avanços relâmpago iniciais. Militantes anticoloniais na Birmânia e na Indonésia encaravam a situação do mesmo jeito. A *reductio ad absurdum* dessa lógica anticolonialista foi a tentativa de um grupo marginal extremista judeu na Palestina de negociar com os *alemães* (via Damasco, então sob os franceses de Vichy) ajuda para libertar a Palestina dos britânicos, o que eles viam como a mais alta prioridade para o sionismo. (Um militante do grupo envolvido nessa missão acabou se tornando primeiro-ministro de Israel: Yitzhak Shamir.) Tais visões evidentemente não implicavam simpatia pelo fascismo, embora o anti-semitismo nazista pudesse atrair árabes palestinos em conflito com colonizadores sionistas, e alguns grupos no Sul da Ásia pudessem reconhecer-se nos arianos superiores da mitologia nazista. Mas eram casos especiais (ver capítulos 12 e 15).

O que exige explicação é por que, afinal, o antiimperialismo e os movimentos de libertação coloniais se inclinaram em sua maioria para a esquerda, e assim se viram, pelo menos no fim da guerra, convergindo com a mobilização antifascista global. O motivo fundamental é que a esquerda ocidental era o viveiro das teorias e políticas antiimperialistas, e o apoio aos movimentos de libertação colonial vinha em maior parte da esquerda internacional, e sobretudo (desde o Congresso Bolchevique dos Povos Orientais, em Baku, em 1922) do Comintern e da URSS. Além disso, os ativistas e futuros líderes dos movi-

mentos de independência, que pertenciam principalmente às elites de seus países educadas no Ocidente, sentiam-se mais à vontade no ambiente não racista e anticolonial dos liberais, democratas, socialistas e comunistas locais do que em que qualquer outro, quando iam às suas metrópoles. Eram de qualquer modo quase todos modernizadores, aos quais os nostálgicos mitos medievalistas, a ideologia nazista e o exclusivismo racista de suas teorias lembravam exatamente aquelas tendências "comunalistas" e "tribalistas" que, na opinião deles, eram sintomas do atraso de seu país explorados pelo imperialismo.

Em suma, uma aliança com o Eixo, obedecendo ao princípio de que "os inimigos de meu inimigo são meus amigos", só podia ser tática. Mesmo no Sudeste Asiático, onde o domínio japonês era menos repressivo que o dos antigos colonialistas, e exercido por não-brancos contra não-brancos, só podia ser passageiro, uma vez que o Japão, além de seu racismo generalizado, não tinha interesse em libertar colônias como tal. (E de fato teve vida breve, porque o Japão foi logo derrotado.) O fascismo ou os nacionalismos do Eixo não exerciam nenhuma atração em particular. Por outro lado, um homem como Jawaharlal Nehru, que (ao contrário dos comunistas) não hesitou em lançar-se na rebelião do "Deixe a Índia" em 1942, ano da crise do império britânico, jamais deixou de acreditar que uma Índia livre ergueria uma sociedade socialista, e que a URSS seria uma aliada nesse esforço, talvez mesmo — com muitas reservas — um exemplo.

O fato de que os líderes e porta-vozes da libertação colonial eram, com muita freqüência, minorias atípicas da população que pretendiam emancipar na verdade tornava mais fácil a convergência com o antifascismo, pois o grosso das populações coloniais era movido, ou pelo menos mobilizável, por sentimentos e idéias sobre os quais (não fosse o seu compromisso com a superioridade racial) o fascismo poderia ter exercido alguma atração: tradicionalismo; exclusivismo religioso e étnico; desconfiança do mundo moderno. Na verdade, esses sentimentos não haviam ainda sido mobilizados de maneira substancial, ou, se haviam, ainda não tinham se tornado politicamente dominantes. A mobilização de massa islâmica desenvolveu-se muito vigorosamente no mundo muçulmano de 1918 a 1945. Assim, a Irmandade Muçulmana de Hassan al-Banna (1928), um movimento fundamentalista marcadamente hostil ao liberalismo e ao comunismo, tornou-se o principal porta-estandarte do descontentamento das massas egípcias na década de 1940, e suas afinidades potenciais com as ideologias do Eixo eram mais do que táticas, sobretudo em vista de sua hostilidade ao sionismo. Contudo, os movimentos políticos que de fato chegaram ao poder nos países islâmicos, às vezes levados pelas massas fundamentalistas, eram seculares e modernizantes. Os coronéis egípcios que iriam fazer a revolução de 1952 eram intelectuais emancipados que haviam estado em contato com os pequenos grupos comunistas egípcios cuja liderança, incidentalmente, era em grande parte judaica (Perrault, 1987). No subcontinente

indiano, o Paquistão (produto das décadas de 1930 e 1940) fora corretamente descrito como "o programa de elites secularizadas obrigadas pela desunião [territorial] da população muçulmana e pela competição com as maiorias hindus a chamar sua sociedade de 'islâmica', em vez de nacionalmente separatista" (Lapidus, 1988, p. 738). Na Síria, a operação foi feita pelo Partido Baath, fundado na década de 1940 por dois professores primários educados em Paris que, com todo o seu misticismo árabe, eram ideologicamente antiimperialistas e socialistas. A Constituição da Síria não faz menção alguma ao islã. A política iraqueana (até a Guerra do Golfo de 1991) era determinada por várias combinações de oficiais nacionalistas, comunistas e baathistas, todos dedicados à unidade árabe e ao socialismo (pelo menos em teoria), mas claramente não à lei do Corão. Tanto por motivos políticos quanto porque o movimento revolucionário argelino tinha uma ampla base (especialmente entre o grande grupo de trabalhadores braçais emigrados para a França), houve um forte elemento islâmico presente na revolução argelina. Contudo, os revolucionários acertaram especificamente (em 1956) que "a sua era uma luta para destruir uma colonização anacrônica, mas não uma guerra de religião" (Lapidus, 1988, p. 693), e propuseram formar uma república social e democrática, que se tornou constitucionalmente uma república socialista unipartidária. Na verdade, o período de antifascismo é o único em que partidos comunistas de fato tiveram apoio e influência substanciais dentro de algumas partes do mundo islâmico, notadamente na Síria, Iraque e Irã. Só muito depois é que as vozes seculares e modernizantes de liderança política foram afogadas e silenciadas pela política de massa do redespertar fundamentalista (ver capítulos 12 e 15).

Apesar de seus conflitos de interesse, que iriam ressurgir após a guerra, o antifascismo dos países ocidentais desenvolvidos e o antiimperialismo de suas colônias viram-se convergindo para o que ambos encaravam como um futuro de transformação social no pós-guerra. A URSS e o comunismo local ajudaram a transpor o fosso, já que significavam antiimperialismo para os primeiros e compromisso total com a vitória para o outro. Contudo, ao contrário dos teatros de guerra da Europa, os teatros não europeus não trouxeram grandes triunfos políticos aos comunistas, a não ser nos casos especiais onde (como na Europa) o antifascismo coincidiu com a libertação nacional/social: na China e Coréia, onde os colonialistas eram os japoneses, e na Indochina (Vietnã, Camboja, Laos), onde os inimigos imediatos da liberdade continuaram sendo os franceses, cuja administração local se subordinara aos japoneses quando esses haviam tomado a região. Esses eram os países onde o comunismo estava destinado a triunfar na era do pós-guerra, sob Mao, Kim Il Sung e Ho Chi Minh. Em outras partes, os líderes dos Estados que iriam ser descolonizados vinham de movimentos em geral da esquerda, mas menos preocupados em 1941-5 em dar à derrota do Eixo prioridade sobre tudo o mais. Ainda assim, mesmo esses não podiam deixar de ver com algum otimismo a situação do mundo após a

derrota do Eixo. As duas superpotências não eram amigas do velho colonialismo, pelo menos no papel. Um conhecido partido anticolonialista chegara ao poder no coração do maior dos impérios. A força e legitimidade do velho colonialismo haviam sido seriamente solapadas. As possibilidades de liberdade pareciam melhores do que jamais antes. Isso se revelou verdade, mas não sem algumas brutais ações reacionárias dos velhos impérios.

VIII

Assim, a derrota do Eixo — mais precisamente da Alemanha e Japão — deixou pouca saudade, a não ser na Alemanha e no Japão, cujos povos tinham lutado, com obstinada lealdade e formidável eficiência, até o último dia. No fim, o fascismo não tinha mobilizado nada além de seus países originais, a não ser um punhado de minorias ideológicas da direita radical, a maioria das quais teria sido marginalizada em seus próprios países, uns poucos grupos nacionalistas que esperavam atingir seus objetivos com uma aliança germânica, e um monte de refugos do fluir e refluir da guerra e conquista, recrutados para a bárbara soldadesca auxiliar da ocupação nazista. Os japoneses não mobilizaram nada além de uma simpatia temporária pela pele amarela, em vez da branca. O grande atrativo do fascismo europeu, que fornecia proteção contra os movimentos da classe trabalhadora, o socialismo, o comunismo e o quartel-general do demônio ateu em Moscou que os inspirava a todos, tinha conquistado apoio considerável entre os conservadores ricos, embora o apoio do grande capital fosse sempre mais pragmático que de princípios. Não era uma atração que sobrevivesse ao fracasso e à derrota. De qualquer modo, o efeito líquido de doze anos de nacional-socialismo foi que grande parte da Europa estava agora à mercê dos bolcheviques.

Assim, o fascismo dissolveu-se como um torrão de terra lançado num rio, e praticamente desapareceu do cenário político de vez a não ser na Itália, onde um modesto movimento neofascista (o Movimento Sociale Italiano), homenageando Mussolini, tem uma presença permanente na política italiana. Isso não se deveu apenas à exclusão da política de pessoas antes destacadas em regimes fascistas, embora não dos serviços do Estado e da vida pública, e menos ainda da vida econômica. Não se deveu tampouco ao trauma dos bons alemães (e, de um modo diferente, dos japoneses leais) cujo mundo desabou no caos físico e moral de 1945, e para os quais a simples fidelidade a suas velhas crenças tornou-se contraproducente. Atrapalhou sua adaptação a uma vida nova e inicialmente incompreensível, sob as potências ocupantes, que lhes impuseram suas instituições e costumes: que determinaram os caminhos por onde teriam necessariamente de seguir dali em diante. O nacional-socialismo nada tinha a oferecer à Alemanha pós-1945, a não ser lembranças amargas. É típico que numa

parte marcadamente nacional-socialista da Alemanha de Hitler, a Áustria (que, por uma manobra de diplomacia internacional, se viu classificada mais entre os inocentes do que entre os culpados), a política do pós-guerra logo voltasse exatamente ao que fora antes da abolição da democracia em 1933, a não ser por uma ligeira virada para a esquerda (ver Flora, 1983, p. 99). O fascismo desapareceu com a crise mundial que lhe permitira surgir. Jamais fora, mesmo em teoria, um programa ou projeto político universal.

Por outro lado, o antifascismo, por mais heterogêneo e transitório que fosse sua mobilização, conseguiu unir uma extraordinária gama de forças. E o que é mais, essa unidade não foi negativa, mas positiva, e em certos aspectos duradoura. Ideologicamente, baseava-se nos valores e aspirações partilhados do Iluminismo e da Era das Revoluções: progresso pela aplicação da razão e da ciência; educação e governo popular; nenhuma desigualdade baseada em nascimento ou origem; sociedades voltadas mais para o futuro que para o passado. Algumas dessas semelhanças existiam apenas no papel, embora não seja inteiramente sem importância o fato de entidades políticas distantes da democracia ocidental, e na verdade de qualquer democracia, como Etiópia de Mengistu, a Somália antes da queda de Siad Bare, a Coréia do Norte de Kim Il Sung, a Argélia e a Alemanha Oriental preferirem atribuir-se o título oficial de República Democrática do Povo (ou Popular). É um título que regimes fascistas, autoritários e mesmo conservadores tradicionais teriam rejeitado com desprezo no entreguerras.

Em outros aspectos, as aspirações comuns não eram tão distantes da realidade comum. O capitalismo constitucional ocidental, os sistemas comunistas e o Terceiro Mundo estavam igualmente comprometidos com iguais direitos para todas as raças e ambos os sexos, mas não de uma forma que distinguisse sistematicamente um grupo de outro, ou seja, todos ficavam aquém do objetivo comum.* Eram todos Estados seculares. Mais precisamente, após 1945 eram quase todos Estados que, deliberada e ativamente, rejeitaram a supremacia do mercado e acreditaram na administração e planejamento da economia pelo Estado. Por mais difícil que seja lembrar, na era da teologia do neoliberalismo econômico, como entre o início da década de 1940 e a de 1970 os mais prestigiosos e até então influentes defensores da completa liberdade de mercado, como por exemplo Friedrich von Hayek, viram-se e a seus semelhantes como profetas no deserto, advertindo em vão um capitalismo ocidental que não lhes dava ouvidos, de que estava trilhando a "Estrada da Servidão" (Hayek, 1944). Na verdade, avançava para uma era de milagres econômicos (ver capítulo 9). Os governos capitalistas estavam convencidos de que só o intervencionismo econômico podia impedir um retorno às catástrofes econômicas do entreguerras e evitar os perigos políticos de pessoas radicalizadas a ponto de preferirem o comunismo, como antes tinham preferido Hitler. Países do Terceiro Mundo acreditavam que só a ação pública podia tirar suas economias do atraso e dependência. No mundo descolonizado, seguindo a inspiração da União Soviética, a estrada para o futuro parecia ser a do socialismo. A União Soviética e sua nova e extensa família acreditavam apenas no planejamento central. Todas as três regiões do mundo avançaram no pós-guerra com a convicção de que a vitória sobre o Eixo, conseguida através da mobilização política e de políticas revolucionárias, além de sangue e ferro, abria uma nova era de transformação social.

(*) Notadamente, todos esqueceram o importante papel desempenhado pelas mulheres na guerra, na Resistência e na libertação.

Em certo sentido, tinham razão. Jamais a face do globo e a vida humana foram tão dramaticamente transformadas quanto na era que começou sob as nuvens em cogumelo de Hiroxima e Nagasaki. Mas como sempre a história tomou apenas consciência marginal das intenções humanas, mesmo as dos formuladores de decisões nacionais. A verdadeira transformação social não foi pretendida nem planejada. E de qualquer modo, a primeira contingência que se teve de enfrentar foi o imediato colapso da grande aliança antifascista. Assim que não mais houve um fascismo para uni-los contra si, capitalismo e comunismo mais uma vez se prepararam para enfrentar um ao outro como inimigos mortais.